



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE  
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE/PB**

**JOSÉ WILTON FERREIRA RODRIGUES**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO  
CAMPO: A AUSÊNCIA DE UMA PRÁXIS LIBERTADORA**

**Sumé – Paraíba  
2013**

BIBLIOTECA

10.01

JOSÉ WILTON FERREIRA RODRIGUES



**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO  
CAMPO: A AUSÊNCIA DE UMA PRÁXIS LIBERTADORA**

Trabalho Monográfico apresentado à  
Universidade Federal de Campina  
Grande, sob a orientação do Professor  
M. Sc. Gilvan Dias de Lima Filho, como  
requisito obrigatório para obtenção do  
título de **Especialista em Educação  
de Jovens e Adultos com ênfase em  
Economia Solidária no Semiárido  
Paraibano.**

**Sumé – Paraíba  
2013**



R696e Rodrigues, José Wilton Ferreira.

A economia solidária no contexto da educação popular no campo: a ausência de uma práxis libertadora. / José Wilton Ferreira Rodrigues. - Sumé - PB: [s.n], 2013.

41 f.: il.: qd.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária do Semiárido Paraibano.

1. Economia solidária. 2. Educação Popular. 3. Precarização do ensino. 4. Práticas educativas. I. Título.

UFCCG/BS

CDU: 37:334.73 (043.1)

**JOSÉ WILTON FERREIRA RODRIGUES**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO  
CAMPO: A AUSÊNCIA DE UMA PRÁXIS LIBERTADORA**

Trabalho Monográfico apresentado à Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção do título de **Especialista em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano**.

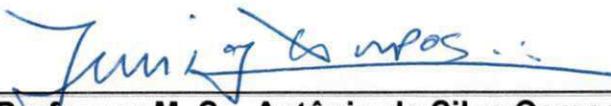
Nota 10,0.

**Aprovado em 30 de setembro de 2013.**

**Banca Examinadora**

  
\_\_\_\_\_  
**Professor M. Sc. Gilvan Dias de Lima Filho (Orientador)**  
Universidade Federal de Campina Grande

  
\_\_\_\_\_  
**Professora Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima**  
Universidade Federal de Campina Grande

  
\_\_\_\_\_  
**Professor M. Sc. Antônio da Silva Campos Júnior**  
Universidade Federal de Campina Grande

*Dedico este trabalho a minha família  
esposa e filha que amo tanto, aos meus  
amigos que me dão forças para suportar os  
obstáculos postos pela vida, que permitem  
que eu desempenhe o meu trabalho de  
Educador.*

## AGRADECIMENTOS

---

*Aos velhos e novos amigos que participaram de forma incisiva nas vivências e experiências que me tornaram a pessoa que sou.*

*A todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para o processo de formação no qual me encontro.*

*Em especial aos amigos: Rafael de Farias Ferreira, André Ferreira de Lima, Ana Maria Souza Santos.*

*AO meu orientador professor Gilvan Dias de Lima Filho*

*E, por fim a Deus por me proporcionar o convívio com pessoas tão especiais que vão fazer para sempre parte da minha trajetória de vida.*

***“É muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos”.***

*Ariano Suassuna*

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

---

### QUADROS

**QUADRO 1** – Princípios e valores do processo alternativo ..... 22

**QUADRO 2** – Os quatro períodos históricos da Educação do campo ..... 25

### FIGURAS

**FIGURA 1** – Alunos assistindo Aula de Geografia ..... 34

**FIGURA 2** – Palestra sobre Aquecimento Global ..... 34

**FIGURA 3** – Aula de Campo sobre solo..... 35

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

## RESUMO

---

A economia solidária e a educação popular emergiram como forma de manifestação social, contrapondo a condição de opressão que as minorias marginalizadas sofrem pela elite dominante. Este estudo discute que as práticas educativas com base nas abordagens e princípios dos dois movimentos mencionados, proporcionam aos alunos do campo uma base educacional capaz de promover a transformação social da realidade. O trabalho contextualiza o processo histórico da economia solidária evidenciando as suas inerências com a educação popular. Descreve os quatro períodos históricos da educação do campo no Brasil e apresenta questões a cerca das concepções freiriananas de educação. Por meio dos dados coletados através do estudo de caso, nota-se que a Escola de Ensino Médio do Campo Bento Tenório de Souza, localizada no sítio Santa Catarina, no município de Monteiro – PB está longe de se tornar uma escola de práticas libertadoras, que visem à autonomia e a preservação da identidade do sujeito do campo. Contudo, percebeu-se que a falta de uma concepção progressista de educação, compromete a possibilidade dos sujeitos de se libertarem, e de mudarem a realidade na qual estão inseridos.

**Palavras-chave:** economia solidária; educação popular; precarização do ensino; práticas educativas.

## SUMÁRIO

---

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	11
2.1 Contextualizando o processo Histórico da Economia Solidária .....	11
2.2 Como Emergiu a Economia Solidária?.....	13
2.3 Como a Economia Solidária se Reinventou.....	16
2.4 A Economia Solidária no Brasil .....	17
<b>3 AS INERÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM A EDUCAÇÃO POPULAR</b> .....	20
3.1 A Educação Popular Solidária e sua Contribuição nas Práticas Pedagógicas realizadas nas Escolas do Campo.....	24
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	29
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	31
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	38
<b>APÊNDICES</b> .....	41

## 1 INTRODUÇÃO

---

A sociedade capitalista, essencialmente competitiva e desigual, que exclui os sujeitos que não se adaptam aos padrões estabelecidos, ou ainda, que não possuem condições ou meios que subsidiem a sua ascensão econômica e social, gera movimentos que contrapõem está lógica desumana.

As classes marginalizadas buscam meios e mecanismos que emancipem a condição de despossuído, por condições de vida mais igualitária, democrática e a cima de tudo humana.

Desta forma, pode-se afirmar que tanto a economia solidária como a educação popular são formas encontradas pelas camadas populares de lutar pela sonhada liberdade social, política e educacional.

O presente trabalho teve como sujeitos participantes, os professores da Escola Estadual de Ensino Médio Bento Tenório de Souza, localizada no assentamento Santa Catarina, município de Monteiro – PB. A escola oferta o Ensino Médio pela manhã, e o Ensino fundamental II (6º a 9º ano) à tarde.

Escolheu-se esta instituição escolar como espaço para ser investigado, por ser a primeira escola do Estado do campo, e por oferta o Ensino Médio. Além disso, os professores que lecionam nesta escola, foram escolhidos por terem em seu currículo, indícios de práticas inovadoras e dinamismo em sala de aula.

A partir deste contexto, o estudo buscou responder a seguinte pergunta: será que as práticas pedagógicas dos professores da Escola Estadual de Ensino Médio Bento Tenório de Souza estão proporcionado aos alunos uma formação emancipatória, contextualizada com a sua realidade?

O trabalho se apoiou no estudo de caso, como procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa, que tem por intuito responder às múltiplas e geralmente conflitantes perspectivas envolvidas numa determinada situação.

O trabalho buscou analisar se as práticas educativas desenvolvidas pelos docentes estão favorecendo aprendizagens emancipatórias do sujeito do campo, como também, compreender a economia solidária a partir do seu processo histórico e discutir a educação popular solidária como princípios práticos para uma educação libertadora.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 CONTEXTUALIZANDO O PROCESSO HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária emergiu como uma alternativa ao sistema atual vigente, que se baseia em acúmulo de valores, controle social das massas e da mão de obra existente onde se valoriza apenas o serviço prestado, ou seja, o trabalhador é considerado apenas mão de obra barata, não tendo a sua humanidade reconhecida por aqueles que o explora, sendo as suas capacidades mecânicas e intelectuais roubadas de forma violenta (SINGER, 2002).

A Revolução Industrial que teve início na Inglaterra e que em pouco tempo se espalhou por uma grande parte da Europa, consolidou o capitalismo como o sistema financeiro e econômico vigente, porém no mesmo local onde se iniciou esse processo de concentração de capital e exploração do trabalhador, emergiu a economia solidária (NOVAES e SARDÁ, 2008).

O capitalismo prega mecanismos que aumentam a produtividade em um curto espaço de tempo assim, otimizando os lucros e os meios de produção, acarretando em uma maior captação de recursos econômicos. Porém, a concorrência atrelada à exploração do trabalho, gerou miséria e desigualdade social nas sociedades (MARX, 2008).

Isso ocorre devido à dinâmica estabelecida pelo sistema econômico vigente, que tende a naturalizar as desigualdades e a competição generalizada, resultantes da forma que se organizam as atividades econômicas, ou seja, o modo de produção capitalista que prioriza a acumulação e a busca de lucros sem limites (RATTNER, 2008).

Diante desse sistema que explora e não valoriza o trabalho coletivo, bem como a produção em conjunto, emergiu um novo modo de produção baseado na coletividade e democracia. Em princípios onde o ser humano é valorizado, bem como, seus saberes e seu modo de produzir são respeitados.

Nesse sentido, Singer (2002, p.10) afirma que “o capitalismo é um modo de produção cujo princípio é o direito de propriedade individual aplicado ao capital”, que cada vez mais evidencia uma divisão ou polarização profunda entre as

sociedades, com a expansão da miséria e da exploração do trabalho, revelando a sua natureza desumana e irracional. Ao contrário da Economia Solidária que é regada por uma práxis educativo-libertadora. De acordo com as palavras deste mesmo autor:

É outro modo de produção, cujos princípios são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe trabalhadora que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade[...] (SINGER, 2002, p.10).

Singer (2002) versa sobre Economia Solidária como um meio de emancipação, das sociedades suprimidas pelo sistema capitalista vigente e atuante em todos os lugares que se sobrepõe os valores e os princípios.

Desta forma, percebe-se que a Economia Solidária exige “além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade” no qual é fundamental a participação de todos, para se tornarem cidadãos e, assim, sujeitos do processo histórico (RATTNER, 2008, p.56).

O sistema capitalista promoveu a rápida desigualdade social e econômica, levando grupos sociais a buscarem novos meios de como sobreviver, visto em uma sociedade onde o consumismo caminha junto com a disparidade igualitária.

Nota-se que a insustentabilidade e barbárie presentes no atual sistema de mercado, ocasionaram o surgimento de inúmeras experiências de reestruturação. O caráter alternativo que emerge das novas experiências populares de autogestão e cooperação são para muitos autores a ressurreição da Economia Solidária que provoca atualmente uma profusão de estudos empíricos e de formulações teóricas, além de debates de natureza política.

Sendo assim, buscaremos as ideias e os conceitos elaborados por alguns teóricos que discutem esta temática, para promover uma análise das teorias e experiências que constitui este movimento em algo real, podendo ser capaz de romper com as relações do modo de produção capitalista, e transformando-se através da consciência humana em uma sociedade igualitária, preservadora da diferença dos sujeitos e de suas capacidades de conviver e interagir, que se

remete de valores morais estruturados e estruturantes dessa nova ética como afirma Cruz (2006), uma ética transformadora da política, da economia e da sociedade.

Como também, pode-se apresentar apenas como fenômeno passageiro, circunstancial, resultante do desmonte do Estado, que se combina a uma reestruturação produtiva marcada pela desregulamentação dos mercados de trabalho (CRUZ, 2006).

É preciso que seja socialista na mais completa acepção do termo pelo nosso catecismo revolucionário e que, conosco, ele o reconheça como legítimo e como justo, que o proclame com toda sinceridade, e que esteja pronto a contribuir com todos os esforços para o triunfo de uma organização social, na qual todo indivíduo humano, nascendo para a vida homem ou mulher, encontre meios iguais de manutenção, de educação e de instrução na infância e na adolescência e que, mais tarde, na maioridade, encontre facilidades exteriores, isto é, políticas, econômicas e sociais iguais para criar seu próprio bem-estar, aplicando ao trabalho as diferentes forças e aptidões que a natureza lhe concedeu e que uma instrução igual para todos tenha desenvolvido (BAKUNIN. 2006, p.51).

Em dias coevos, a valorização do trabalho se posiciona para a efetivação do humanismo social, embasado em um paradigma de organização do trabalho, conhecido como Economia Solidária, onde o propósito é o desenvolvimento de meios que valorizem uma melhor maneira de vida para os setores populares marginalizados pelo poder econômico vigente.

## **2.2 COMO EMERGIU A ECONOMIA SOLIDÁRIA?**

A Economia Solidária surgiu como forma de contrapor à dinâmica que promove o aumento da produtividade e diminui o tempo de produção, o que gera a obtenção de resultados rápidos. O objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital, portanto, a maior produção de mais valia, conquistada através da maior exploração possível da força de trabalho (BERNARDO, 2009).

O sistema capitalista se alastrou rapidamente pelo mundo, principalmente em países emergentes, onde os danos causados pelo mesmo foram ainda

maiores, visto que essas nações não estavam preparadas, para mudanças em seu modo de produzir.

Ao longo da história, o capitalismo tem se caracterizado pela sua habilidade de desenvolver as capacidades produtivas. Com a apropriação do princípio de cooperação estabeleceu sua forma de produção rateada. A manufatura dividiu o trabalho que conseqüentemente, desenvolveu a especialização técnica no modo de produção e das ferramentas. A maquinaria mecanizou o processo, tendo proporcionado ao século XVIII, o desenvolvimento da indústria moderna (MARX, 2008).

Em todas as fases, o homem é tratado e utilizado como máquina dos meios de produção. O capitalismo se racionaliza a custa da precarização da condição humana. Essa relação se modifica com o passar dos tempos, mas a sua essência continua sendo a mesma, estabelecida no início da cooperação simples, “subordinar para explorar”.

A economia de mercado capitalista está fundada na crença de que o mercado é capaz de autorregular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais. Mas a lógica do mercado capitalista só reconhece as necessidades humanas que podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital. O capital só reconhece a demanda efetiva, isto é, o poder de compra. Quem tem necessidades, mas não tem poder de compra não é reconhecido como sujeito de direitos pelo capital. Num mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista. (GRUPO DE TRABALHO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO FSM de 2002, 2008, p. 108).

Então restou aos trabalhadores excluídos, pelo capitalismo buscarem uma nova forma, da qual pudessem tirar o seu sustento surgindo desse processo uma nova forma de economia e coletividade como versa, Singer (2002, p.01), afirma que “a Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX”.

As crises enfrentadas pelo capitalismo, onde diversas pessoas perdiam seus empregos, diante dessas crises econômicas, o autor abaixo versa.

Elas surgem da necessidade de dar resposta à progressiva deterioração social, econômica e cultural que vivem as populações, devido à crescente desumanização da economia, à degradação do meio ambiente e da qualidade de vida, à falta de valores éticos, à piora paulatina do nível de cultura e de educação (REINTJES, 2008, p.86).

O aumento das desigualdades sociais, bem como o da pobreza por consequência de uma economia cada vez mais subordinada ao lucro, deixou o ser humano a mercê de sua própria sorte, restando a uma grande parte da população, precariedade no trabalho ou a informalidade.

Porém em meio a esse caos todo, da concorrência do capitalismo, que surgiu a partir do século XIX, entre Estados Unidos e a Europa, iniciativas foram criadas para criar ou salvar empregos, o que de maneira indireta introduziu formas de associações que surgiram a partir das reivindicações dos trabalhadores que se mobilizaram em sindicatos, associações dentre outras formas de organização (CRUZ, 2006).

Essas formas de se associar eram um meio de organização onde as classes dos trabalhadores, galgavam uma autonomia econômica, espelhando-se nos ideais do socialismo de igualdade e democracia, bem como nos valores do movimento dos operários (SINGER, 2002, p.01).

Desta forma, fica evidente para o autor supracitado que a estruturação das empresas solidárias constitui uma forma de produção inversa ao do capitalismo, tendo em vista que os valores estabelecidos pelas empresas solidárias partem da igualdade e da humanização através do trabalho.

Por isso, Reintjes (2008, p.86), defende que, “a Economia Solidária é uma forma de gerir a economia e a sociedade, e engloba todas as atividades da cadeia produtiva, comercial, financeira, até o consumo”. E o que vai diferenciar um, modo de produção do outro, para Singer (2002) é a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo.

Em contraponto a este modelo, os autores Novaes e Sardá (2008), afirmam que as associações e cooperativas solidárias figuraram uma organização para a produção dos meios de vida, como também, a resistência coletiva às relações sociais do capital que em uma perspectiva socialista representam à superação da exploração e um modelo de sociedade igualitária.

## 2.3 COMO A ECONOMIA SOLIDÁRIA SE REINVENTOU

Após um período de relativa expansão econômica, em especial após a Segunda Guerra Mundial, onde ocorreu a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, ocorreu certa retração e desinteresse pela Economia Solidária, quando os trabalhadores se acostumam ao pleno emprego dos países centrais no período de 1940 a 1970 e se acomodam ao assalariamento, conforme explica Singer (2004).

Porém em meados da segunda metade dos anos de 1970, empresas começaram a migrar em direção a países emergentes em busca de mão de obra barata, matéria-prima, isenção de impostos deixando em suas antigas sedes de origem milhares de pessoas desempregadas. Pinto (2005, p.08) tratando do tema, aponta que:

A flexibilização produtiva permite às empresas deslocarem territorialmente seu processo de produção, buscando mercados com vantagens locacionais e de custo da mão-de obra. A mobilidade dos investimentos força a desregulamentação dos mercados locais e nacionais nos marcos de um acirramento da concorrência Inter territorial e internacional. Em articulação com essa forma externa de flexibilização, as empresas operam também uma interna, onde ocorre uma pressão em favor da redução da proteção social relativa ao trabalho. Como exemplo disso, as relações interindustriais combinariam não apenas organizações produtivas de tipos e em territórios diferentes, como também variadas formas de gestão da mão-de-obra. Ou seja, transferem-se as tarefas gerais e desqualificadas para as pequenas empresas, sob um regime precário de trabalho, ficando as grandes com o trabalho especializado e qualificado, em um regime formal.

Ainda sobre a crescente onda de desemprego gerada pelo deslocamento global das grandes empresas multinacionais, Bertucci (2005) registra que:

A reestruturação econômica e o reajustamento social advindo da flexibilização do mercado e dos processos de trabalho nas décadas de 70 e 80 confluem para uma gradual desmontagem do estado do bem-estar e para um crescente aumento do desemprego estrutural, do trabalho informal e precário, da subcontratação e dos contratos temporários (2005, p.29).

Diante de uma série de desemprego em massa, além de problemas sociais, crescendo gradativamente, ressurgem então a Economia Solidária como um meio de se sobreviver dentro de um contexto de crise do mundo do trabalho,

se apresentando como alternativa aos trabalhadores subjugados à precarização de direitos sociais e empregatícios, conforme manifesta Alves (2004),

Os altos índices de desemprego e precarização das relações de trabalho contribuem para o alargamento da pobreza e da miséria de parcelas significativas da população. A reestruturação produtiva baseada nos avanços tecnológicos e nos modelos de gestão intensificadores de trabalho alterou de forma rápida e intensiva o mercado e as condições de trabalho. Milhões de postos de trabalhos foram extintos. Direitos sociais conquistados pelas lutas das classes trabalhadoras foram flexibilizados e eliminados. As condições de subemprego fragilizaram ainda mais a proteção de milhões de trabalhadores (2004, p.06).

A construção da Economia Solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria (individual ou coletivamente) (SINGER, 2003).

O capitalismo à tempos vem demonstrando o seu, poder de gerar desigualdade social e econômica, como também com suas crises o quanto afeta a população, menos favorecida, indo de encontro a esse contraponto a Economia Solidária, traz princípios e valores, dando oportunidades iguais a todos que se envolvem nesse novo processo emergente e promissor.

## **2.4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

Devido a seu contexto histórico de desigualdade e exclusão social, bem como, por possuir uma das maiores concentrações de renda do mundo e uma industrialização tardia, além de nas últimas décadas não apresentar um crescimento econômico alto, o Brasil tornou-se um campo vasto para o surgimento de empreendimentos solidários.

No Brasil, para a Economia Solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de Economia Solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular (LECHAT, 2002, p. 04).

Mas, como realmente surgiu esse tipo de economia no Brasil? Segundo Lechat (2002), o conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro "Economia de Solidariedade e Organização Popular", organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o concebe como:

Uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993, p. 40).

Com o advento das privatizações, bem como as mudanças no setor produtivo, o país passou a se subordinar as oscilações da economia mundial, com o encolhimento de algumas economias e com as crises, o trabalho informal, a pobreza e a busca por meios de produção alternativos surgiram nas camadas excluídas.

No Brasil, a Economia Solidária surge no final do século XX como resposta à exploração e exclusão no mundo do trabalho. A partir deste período teve início a expansão de instituições e entidades que apoiavam iniciativas comunitárias e articulações populares (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2013).

Como contexto, o mundo vem passando nas últimas décadas por transformações econômicas e sociais drásticas, com problemas econômicos e sociais, como o aumento da informalidade no setor de trabalho. Em meio a essas metamorfoses, emergiu um modo de comercialização mais justo que pratica o princípio da autogestão.

Sendo um fenômeno recente no Brasil, a Economia Solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica de trabalhadores e trabalhadoras na geração de trabalho, renda e inclusão social, bem como de

desenvolvimento local através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação (PAULA, 2004).

Alguns encontros permitiram a consolidação e a construção da Economia Solidária no Brasil. O primeiro aconteceu por ocasião de uma mesa redonda sobre o tema: "Formas de Combate e de Resistência à Pobreza" realizado em setembro de 1995 durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia e o segundo ocorreu no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG -, que teve lugar em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio de 1996.

Para Lechat (2002), essa nova forma de articulação comercial ganhou espaço e está organizada em diversos fóruns locais e regionais, que resultaram na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

### 3 AS INERÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM A EDUCAÇÃO POPULAR

A Economia Solidária e a educação popular possuem muitas semelhanças. Ambas necessitam de traços ou procedimentos, que as destaquem do comum. Algo que as diferencie do convencional, dando ênfase àquilo que elas querem representar.

Não se trata de discutir educação em seu sentido geral, mas do caráter específico de uma prática pedagógica vinculada à vida e aos interesses sociais dos setores populares; não se trata de uma economia orientada pelos valores do mercado e da concorrência, mas de uma economia vinculada à vida e aos interesses de setores sociais excluídos – ao menos parcialmente – das esferas de realização da economia global (CRUZ et al., 2009).

Tanto como fenômenos sociais, quanto como objetos científicos, a educação e a economia têm escopos claramente distintos. Enquanto a primeira refere-se a processos de produção, de reprodução e de trocas de valores simbólicos (DURKHEIM: 1952; BOURDIEU & PASSERON: 1982; BRANDÃO: 1995), a segunda refere-se a processos de produção, circulação, distribuição e acumulação de bens e serviços materiais (MARX: 1985; MARSHALL: 1987) (CRUZ et al., 2009, p.02).

A educação popular e a Economia Solidária, concebe pilares e meios de elaboração de projetos econômicos, sociais e pedagógicos, que perpassam pelos padrões de conhecimento, de valores e de práticas hegemônicas na sociedade capitalista globalizada. É uma iniciativa que não está no campo da macroestrutura. Constitui-se antes uma proposição que tem como espaço a micro organização, o lugar onde está a possibilidade de realização de ações, de eventos, de iniciativas e de projetos que promovam a transformação social, econômica, política e epistemológica visando a inclusão social (SGUAREZI et al., 2008).

Muitos elos ligam a educação popular e a Economia Solidária, ambas emergem de condições sociais pouco favoráveis. As práticas realizadas nessas duas esferas passam pelo trabalho, economia e estão relacionadas com a força do trabalho.

Provavelmente nenhum nome próprio se vincula mais à ideia de educação popular que o nome de Paulo Freire. Sua trajetória foi marcada por uma síntese transformadora de longo alcance, que buscava aliar uma teoria e uma prática pedagógica marcadas em suas origens pela opção pelos pobres, da teologia da libertação, que se transmuta em seus escritos em uma pedagogia da libertação (CRUZ et al., 2009).

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na „inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca. (FREIRE, 1987, pp. 37-38)

O desenvolvimento da educação popular bem como da Economia Solidária, perpassam por desafios práticos, pois ambas dependem de um processo de construção educativa, na busca de um sentimento solidário, avesso ao capitalismo. Essa nova forma de relacionar-se é fundamental para o sucesso do empreendimento.

A educação popular, bem como a do campo, estão intimamente ligadas a Economia Solidária visto que, ambos tem um ponto em comum – erigiram das camadas populares como uma forma de se sobressair de um sistema excludente e de valorização exclusiva de lucros.

É notória a situação em que vivem trabalhadores e trabalhadoras em todo mundo, em decorrência da onda de desemprego e do avanço das tecnologias criadas e reorientadas para interesses, nada coletivos, sob o controle do atual modo de produção capitalista que se baseia na acumulação de capital, na propriedade privada e no endeusamento do mercado (MELO NETO, 2006, p.01)

Como versa o autor acima, nossos trabalhadores e trabalhadoras, vivem em constante instabilidade, visto que podem ser substituídos ou até descartados, com a modernização e a otimização dos sistemas ocorridos nos últimos anos. Dessa instabilidade surgiram os movimentos sociais de cunho popular.

A própria síntese filosófica da teologia – do cristianismo e do marxismo – atravessou o conjunto dos temas da pedagogia: o trabalho e o trabalhador, a opressão e a luta pela libertação, a alienação e a autonomia, a educação como troca e como construção coletiva (CRUZ; GUERRA, 2009, p.03).

Segundo Melo Neto (2006) resta à classe trabalhadora organizar as relações sociais e produtivas com outras perspectivas entre os humanos e estes com a natureza, sendo que o movimento da Economia Solidária Popular vem se apresentando como um caminho rico de possibilidades. Mas, qual será o tipo de educação necessária para processos de produção, como o da “incubação” de empreendimentos solidários populares?

Pretende-se mostrar que, em processos de incubação de empreendimentos solidários, a educação popular é o fenômeno educativo que se apresenta mais intrínseco aos mesmos.

Com o passar do tempo esses processos de colaboração mútua, vem ganhando diversas nomenclaturas ou denominações, porém a educação popular, pode-se dizer que é o elo de ligação ou ainda é comum a todo esse processo alternativo, de construção de uma sociedade justa pautada em princípios e valores como destaca Melo (2006), no Quadro 1.

#### QUADRO 1 - PRINCÍPIOS E VALORES DO PROCESSO ALTERNATIVO

- A valorização social do trabalho humano;
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e
- Os valores da cooperação e da solidariedade.

Fonte: MELO NETO (2006). (Adaptado).

Os princípios mencionados necessitam de um mediador para serem desenvolvidos e aplicados, daí surgiu a educação popular. A educação como ato

que possibilita liberdade, contrapõem a concepções autoritárias como, por exemplo, o currículo imposto.

A Educação Popular (EP), especialmente aquela realizada no âmbito dos movimentos sociais populares incorpora princípios filosóficos, políticos, sociológicos, culturais entre os quais destacamos: a origem e finalidade nos interesses das classes populares, dos setores oprimidos organizados nos movimentos sociais; o respeito às suas culturas; os conhecimentos voltados para compreensão crítica da realidade social, econômica e política. (BATIISTA, 2009, p. 02).

Para Singer (2005), a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, à medida que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Assim transformando-a em um meio de sobressaída ao sistema atual vigente.

Desde o surgimento das manufaturas e por conseqüências as máquinas que impulsionaram o sistema capitalista, demonstrou-se, excludente, explorador e mesmo passando por diversas crises, o principal afetado sempre foi o trabalhador das linhas de produção dessas empresas.

Desfeita, portanto, a expectativa depositada no crescimento econômico com conseqüente desenvolvimento social e constatada a insuficiência das políticas compensatórias, os empreendimentos solidários de geração de emprego e renda voltaram a ocupar a cena adquirindo um novo valor (LEITE, 2010).

Porém se o sistema exclui, a partir das crises ou das necessidades de um grupo social, surgem, os meios de como se libertar, de uma condição social precária, para emergir a uma condição de vida igualitária, assim aconteceu com os artesãos de Rockdale.

A solidariedade e a cooperação começam a ser pensadas a partir da possibilidade de serem politicamente articuladas como fatores estratégicos necessários para se enfrentar os desafios colocados pela reestruturação capitalista da sociedade. Isto porque os momentos de crise e de reestruturação podem ser entendidos, também, como aqueles que abrem as portas para uma redefinição dos limites e das possibilidades de mudanças no modo de produção e reprodução da vida social (LEITE, 2010, p.152).

Nesse contexto, a educação popular quando vinculada com as concepções de uma educação emancipatória, desenvolve durante o seu processo a adesão livre dos sujeitos, atitudes e ações democráticas, cooperação, solidariedade e integração entre a coletividade.

Para Freire (1987) as relações solidárias produz a consciência política do ser oprimido, liberta o homem de uma forma geral, até mesmo os opressores, nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e, no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para Vigostski (2007) o componente educacional é emancipatório e inerentes a todos esses elementos e com eles deve ter uma identificação orgânica com base no entrelaçamento do desenvolvimento com a aprendizagem.

Com esse processo de reeducação o ser ali inserido, como membro ou fazendo parte desse processo, adquire valores, preserva melhor os bens, pois faz parte de sua história.

Esses empreendimentos permitem que a comunidade se apodere dos saberes e competências de sua realidade, obtendo por meio da práxis uma transformação social.

### **3.1 A EDUCAÇÃO POPULAR SOLIDÁRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS REALIZADAS NAS ESCOLAS DO CAMPO**

Antes de entrar nas contribuições da educação popular e sua práticas pedagógicas que auxiliaram no desenvolvimento da educação do campo, observa-se no Quadro 2 como a educação do campo foi negada e relegada desde o período colonial até os dias atuais.

## QUADRO 2 – OS QUATROS PERÍODOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

**Primeiro:** período de negação dos camponeses como sujeitos sociais e cidadãos brasileiros, que se estendeu desde a colonização até a década de 1930;

**Segundo:** período de preocupação com a “educação rural” por parte do Estado, em função da migração campo-cidade e do “atraso” sociocultural em que se encontrava a população rural. Segundo a perspectiva oficial, a partir de 1937, com a criação de serviços assistenciais aos povos do campo, não havia uma preocupação de debater os verdadeiros problemas e contradições presentes no campo, tais como a concentração agrária e o poder político patriarcal;

**Terceiro:** início da década de 1960, com a influência, dentre vários pensadores, do educador Paulo Freire na organização dos “círculos de cultura” e alfabetização de adultos, propiciando os primeiros debates sobre uma concepção de educação pautada no diálogo, na valorização do sujeito social e de sua prática sociocultural. Com o golpe militar em 1964, entretanto, houve um recuo nos projetos educacionais que objetivavam uma educação emancipatória;

**Quarto:** a partir de final da década de 1980, com a abertura democrática e a organização dos movimentos sociais em diversas frentes, foi possível avançar o debate da educação do campo. Dentre os sujeitos coletivos que participam deste debate e que lhe dão impulso, o MST exerce forte influência política, ao lado de – e somando-se com – outros movimentos, organizações e instâncias governamentais.

Fonte: DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESTADO DO PARANÁ (2006). (Adaptado).

A educação popular e do campo possuem características semelhantes, porém possuem algumas peculiaridades que as diferem uma da outra. Enquanto a educação popular emergiu de grupos sociais organizados e oprimidos, tendo por base os trabalhadores, a educação do campo veio da reivindicação dos povos do campo, que lutam pela garantia dos direitos sociais e por uma educação contextualizada com os saberes de cada região ou localidade. (ADAMS, 2010).

Os movimentos sociais do campo têm entre as principais reivindicações a reforma agrária na perspectiva de uma radical transformação da estrutura agrária baseada no latifúndio (XAVIER, 2009).

Entretanto diante da diversidade de sujeitos e das relações sociais que se configuram no campo eles abarcam diversas demandas, incluindo em suas lutas outras questões tais como: direitos sociais e trabalhistas, melhores salários, contra o trabalho escravo, pelos direitos dos atingidos pela construção de barragens, pela afirmação e respeito à cultura indígena, pelos direitos da mulher, pela garantia de políticas que garantam a produção agrícola, entre outras (MELO NETO, 2006).

Eles atuam na perspectiva de mudar as condições concretas de opressão, de carências, de exclusão, de discriminação, aponta um projeto de produção autossustentável, baseado na agroecologia, na construção de relações sociais de produção autogestionária, estruturadas na solidariedade; buscam uma sociedade sem preconceito e sem discriminação (XAVIER, 2009).

Porém diversas ações praticadas ou direcionadas para a escola do campo partiram de princípios da educação popular. Dentre os principais colaboradores dessa prática pedagógica pode-se destacar Paulo Freire.

Que com seus movimentos de alfabetização de adultos, por meio de uma dialética crítica e emancipadora, na qual, provocou a práxis nos sujeitos, passou a adquirir valor por ir de encontro à educação bancária praticada na época. "A pessoa conscientizada é capaz de perceber claramente, sem dificuldades, a fome como algo mais do que seu organismo sente por não comer, a fome como expressão de uma realidade política, econômica, social, de profunda injustiça." (FREIRE, 1994, p. 225).

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2002, p.37).

A Educação a ser oferecida na escola do campo deve priorizar a formação integral do sujeito, levando em conta suas peculiaridades bem como seus saberes e fazeres. A prática pedagógica deve partir sempre da dialética e dos saberes prévios ali existentes.

A lei de diretrizes e bases de 1996, no seu artigo 28 versa: Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Diante das ressalvas feitas na LDB, que destaca as singularidades, métodos, dentre outros, para que se leve em consideração o educando, o colocando-o em uma situação educacional prazerosa e acessível é imprescindível que a prática esteja associada com os pressupostos explicitados nos marcos legais.

Paulo Freire, demonstrou a importância de se construir um conhecimento com práticas voltadas para as classes populares, estas detentoras de um saber, relegado e deixado de lado pelas classes dominantes.

O conjunto da obra de Paulo Freire é um esforço para **captar a natureza profunda da construção da consciência humana** (subjetividade) e da **relação** dessa com o processo histórico (objetividade). É a resposta do **quefazer educacional** como mediador da prática da liberdade (individualidade) e da prática da libertação (emancipação humana). A busca do humano e sua relação com a humanidade (MAFRA, 2002, p. 07).

A edificação da educação nas camadas populares tem que partir de seu conhecimento prévio, provocando os seres ali inseridos a emergirem da condição de oprimido e passar a reivindicar seus direitos.

Para Freire (2005, p.32), "a desumanização, que não verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação de ser mais".

Neste sentido, FREIRE (2005, p. 24) afirma que “O medo da liberdade, de que necessariamente não tem consciência o seu portador, o faz ver o que não existe. No fundo, o que teme a liberdade se refugia na segurança vital; como diria Hegel preferindo-a à liberdade arriscada.

Sendo assim, é importante ressaltar que a falta de memória das histórias que tecem a conjuntura que cerca a atualidade compromete a consciência humana, pois na medida em que o homem não se reconhece como testemunha de sua história, ele está fadado a ser oprimido, ou pior, um fanático destrutivo.

Mais do que qualquer educador, opondo-se ao pragmatismo fatalista do consenso neoliberal, Paulo Freire nos alerta para o fato de que é **necessário reinstalar o caráter utópico dos acontecimentos**. Uma utopia que vai além do sonho, constituindo-se no ponto de partida para o nosso ponto de chegada. Freire nos deixa muito claro que a ação educativa tem seus limites, que ela, sozinha, não tem força suficiente para fazer a transformação da sociedade, mas que deve ser transformadora, somando-se a outras lutas mais amplas. Nesse sentido, Paulo Freire é para nós uma resposta humanizadora (MAFRA, 2002, p. 07).

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo utilizou a abordagem qualitativa a qual exige do pesquisador uma autonomia crítica, sem perder de vista a rigorosidade e sistematização do trabalho científico. O investigador envolveu-se com os sujeitos da pesquisa, tendo em vista que eles fazem parte da sua vida.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações e valores que estabelecem a realidade social do espaço geográfico investigado.

Compreender a realidade a ser estudada, exigiu do pesquisador muita leitura de textos que permitiram uma interlocução constante entre o investigador e os textos.

Desta forma, o procedimento escolhido para desenvolver e nortear as etapas da pesquisa foi o chamado Estudo de Caso, que possibilitou a penetração do pesquisador em uma realidade social.

Buscou-se sustentar por uma plataforma teórica, reunir o maior número possível de informações, em função das questões e proposições orientadoras do estudo, por meio de diferentes técnicas de levantamento de informações, dados e evidências.

A primeira etapa da pesquisa foi construir um referencial teórico que subsidiasse ensinamentos e características próprias do caso investigado. Para isso, foi necessário coletar material para identificar possíveis textos que pudessem contribuir para a construção do estudo. Realizada a seleção das referências bibliográficas, realizou-se o fichamento dos textos que serviu para o diálogo entre as atividades e observações do trabalho de campo com o questionário respondido pelos docentes.

A Escola Estadual de Ensino Médio Bento Tenório de Souza, localizada no sítio Santa Catarina, no município de Monteiro é o recorte espacial no qual ocorreu o trabalho de campo, tendo como sujeitos da pesquisa, os professores do Ensino Médio.

A referida escola atende os alunos gratuitamente, em regime regular, recebendo crianças e jovens provenientes de famílias agricultoras e assentadas, que

por não saberem conviver com as características físicas da região, possuem renda familiar baixa, estando algumas sob risco social.

No período matutino a escola oferece o Ensino Médio e no vespertino o espaço físico da escola, é cedido para o município que oferta o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).

Escolheu-se essa escola como espaço para o processo de investigação por ela ser a única do Estado da Paraíba, a ofertar o Ensino Médio na zona rural. Tendo os gestores estaduais, realizado uma situação inversa no que diz respeito à política de nuclear esta modalidade de ensino nas escolas das cidades.

A escola também possui um grupo de professores que foram selecionados criteriosamente. Na seleção dois parâmetros foram levados em consideração: as inovações pedagógicas e o dinamismo em sala de aula. Os gestores da 5ª Gerência Regional de Educação da Paraíba realizaram uma investigação sobre a vida profissional dos professores que se destacavam no município pelos seus trabalhos. Alguns técnicos foram às escolas estaduais para identificar possíveis candidatos que foram indicados por diretores e coordenadores pedagógicos. Esses professores foram abordados por meio de uma conversa informal que apresentava a proposta da escola do campo. Após a análise curricular foram contratados, sendo o corpo docente constituído por profissionais temporários.

Posteriormente, o pesquisador atuou no campo com intuito de acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem à realidade e as suas ações, por isso, a técnica observação participante esteve atrelada aos procedimentos metodológicos deste estudo.

Esta etapa se deu por meio da observação, e teve o uso de outras técnicas como, por exemplo, a entrevista semiestruturada que deu subsídio para as análises.

A etapa seguinte foi atrelada a partir do referencial teórico construído, a teoria com a prática, no intuito de avaliar as situações dinâmicas em que o elemento pedagógico está presente.

Por último, se levantou possíveis soluções para a problemática no intuito de sugerir futuras transformações pedagógicas para construção de uma educação transformadora.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do trabalho de campo mencionado, nos procedimentos metodológicos, observou-se que a Escola de Ensino Médio do Campo Bento Tenório de Souza, esta longe de se tornar uma escola de práticas libertadoras, que visem à autonomia e a preservação da identidade do sujeito do campo.

A entrevista semiestruturada, colaborou para compreender que os docentes da escola, não possuem uma formação pedagógica adequada para atender as especificidades dos sujeitos do campo, notando-se em suas ações pedagógicas, a reprodução de uma educação descontextualizada com as premissas norteadoras da educação do campo, que

[...] se constituiu por meio de princípios e procedimentos que visam legitimar a identidade própria das escolas do campo, que deve ser definida, numa vinculação estreita com sua realidade existencial, referenciando-se na temporalidade e saberes próprios dos povos do campo, em sua memória coletiva, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais (Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação).

Entretanto, observou-se uma discordância da lei com os processos educativos desenvolvidos em âmbito escolar. Visivelmente é notório que os *formadores não consideram a diversidade de experiências dos sujeitos, e por a escola não ter um currículo formalizado, instituído coletivamente com a comunidade local, os professores não valorizam em suas práticas educativas a história de constituição dos povos do campo (agricultores, assalariados, camponeses sem terra, pescadores, rendeiras dentre outros).*

Notou-se que no discurso, os professores afirmam que suas práticas educativas seguem as tendências pedagógicas de cunho progressista, a qual se destaca a preconizada pelas concepções freirianas. Entretanto, as práticas observadas no ambiente escolar revelaram uma significativa desvalorização dos alunos enquanto sujeitos históricos, ficando implícito um relacionamento desigual, no qual o aluno é mero objeto.

Dos entrevistados apenas dois citam a metodologia qualitativa. Não obstante, observou-se que ao realizar a entrevista um dos educadores ajudou o

outro a responder a pergunta feita pelo pesquisador. Fica perceptível uma limitação de conhecimentos sobre métodos e sobre as concepções e abordagens que constituem o “como fazer” da educação do campo que tem por sua essência uma educação popular solidária.

As tendências pedagógicas abordam certas metodologias como também respectivos recursos metodológicos que tornam possíveis a construção da práxis do processo educativo, e nesse contexto, que o estudo sobre as diversas propostas que dão base a inovações pedagógicas pautadas na promoção de libertar o sujeito do sua condição de oprimido se faz necessário.

Os métodos mecânicos observados no ambiente escolar são reflexos da ausência do conhecimento local, pedagógico e histórico do universo educacional da escola investigada. Em decorrência desta situação, o que se percebe é uma prática bancária que dispensa de forma violenta a construção de narrativas e tradições locais, estando os procedimentos metodológicos dos docentes presos a conjuntos educativos tradicionais, que não provocam nos sujeitos a criticidade, ocasionando apenas o acúmulo de informações “depositadas” sobre os discentes.

Ao questionar sobre as temáticas transversais que escola prioriza para trabalhar com os alunos, a direção pontuou alguns projetos desenvolvidos de forma isolada por alguns professores. Já os professores responderam que a escola não desenvolve atividades pedagógicas em torno dos temas transversais. A esta situação, nota-se claramente a falta de sintonia entre os atores escolares, e pior a falta de uma prática social transformadora.

Em relação aos conteúdos pedagógicos e culturais observou-se a mesma situação, indicando que a falta de um planejamento pedagógico que realmente discuta as práticas educativas que serão desenvolvidas pela escola gera o improviso das atividades educacionais.

A Economia Solidária tanto em seus aspectos teóricos e pedagógicos é temática desconhecida entre os professores, mesmo existindo um suporte didático na coleção os *Cadernos de EJA: materiais pedagógicos para o 1.º e o 2.º segmentos do ensino fundamental de jovens e adultos*.

No geral, observou-se nas falas proferidas pelos docentes um discurso pautado em uma educação crítica na qual por varias vezes, a ligação teórica aos estudos freirianos presentes no discurso não condiz com a prática (e vice-versa).

A equipe da escola em seus encontros pedagógicos não consegue constituir uma unidade, os parâmetros que deveriam desencadear atividades pedagógicas voltadas para a autonomia dos alunos da comunidade rural de Santa Catarina.

Acompanhando as reuniões e as aulas, notou-se que as falas que acabam dando margem às praticas, carregam uma concepção tecnicista e pior ruralista de educação. Essa visão mecânica de educação ocorre por causa da mentalidade que os professores advindos da cultura urbana trazem em suas ações, contrapondo a cultura rural, criando a imagem de “civilidade” à de “barbárie”. “Essa seria a mentalidade do professor urbano ao chegar às zonas rurais do país, “despeitado, insulado dentro de si mesmo, alheio ao ambiente natural, cultural e social que julga inferior” (LEÃO, 1939, p.283)”.

Dados como estes que só são obtidos pelo trabalho de campo, revela sentidos e significados que não estão explicitados nas relações estabelecidas pelos atores escolares. E são eles que nos indicam que o sistema escolar como se tinha pontuado no inicio deste trabalho, não está cumprido o seu papel de maneira a transformar a realidade dos sujeitos imersos numa educação precária que cada vez mais desumaniza e corrompe a capacidade dos indivíduos de serem mais. Seres autônomos dotados de uma postura libertadora e acima de tudo cidadã (**FIGURAS 1 a 3**).

**FIGURA 1 – Alunos assistindo aula de geografia**



**FIGURA 2 – Palestra sobre Aquecimento Global**



**FIGURA 3 – Aula de Campo sobre Solo**



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É urgente o processo de transformação do sistema escolar estudado. A visão de educação, organização e gestão escolar do campo estudado partem de uma visão mecânica que separa os indivíduos de seus relacionamentos, não reconhecendo a importância do contexto no qual estão inseridos, gerando o mesmo mal estar das escolas das cidades, que ao atender os sujeitos do campo, os tratavam como seres inferiores.

O estudo ao evidenciar esta visão, revela a crise instaurada nas práticas pedagógicas na escola do campo, que apesar de ter sido um recorte de uma dada realidade, denuncia que os problemas educacionais aqui expostos são de ordem global, não meramente local.

Nesse contexto, ressalta-se que a construção de conhecimentos novos, entretanto, não se dá de forma linear, nem sua aquisição é um processo mecânico de acúmulo de informações, como foi observado durante o trabalho de campo. É preciso que a ação, a dimensão do fazer, da prática, esteja vinculada aos conteúdos estudados. A instituição de uma dinâmica crítica nos processos educativos possibilita a construção de conhecimentos significativos por parte dos alunos, além de valorizar os diferentes saberes de seu povo, comunidade, família, contribuindo para sua identificação cultural, social e política.

Para que as deficiências apontadas no estudo sejam amenizadas, os professores precisam compreender o mundo no qual eles estão desenvolvendo suas práticas, sendo relevante oportunizar rodas de conversa entre a comunidade local e os docentes da escola. A formação continuada é outra forma de colaborar neste processo de humanização, que nada mais é que, partir da realidade dos povos do campo, os quais possuem culturas predominantemente orais, sendo que tais manifestações culturais devem permeia a escola com seus saberes, ludicidade e valores formativos.

À medida que os professores forem refletindo sobre as suas práticas perceberam que a escola do campo é como centro difusor cultural, espaços abertos e vinculados à realidade local.

Por isso, faz-se necessário construir uma abordagem política que se centre nas concepções que promovem uma postura solidária, autogestionária e a cima de tudo popular.

A educação pensada para os povos marginalizados e os povos do campo está incluída neste processo de exclusão, se dá por meio de uma ação pedagógica transformadora que objetiva a expressão da classe oprimida, que, mobilizada, luta para atingir os interesses da luta social e da participação política, visando uma transformação social rumo ao fim da opressão capitalista.

O papel da economia solidária e da educação popular é fortalecer os processos educativos que dão aos sujeitos a possibilidade de transformação.

## REFERÊNCIAS

- BAKUNIN, Michael Alexandrovich. **Textos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Os movimentos sociais cultivando uma Educação Popular do Campo**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da Anped, 2006. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-1780-Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-1780-Int.pdf)>. Acessado em 01/08/2013.
- BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- BERTUCCI, Ademar de Andrade; ALVES, Roberto Marinho (Orgs.). **20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília, DF: Gráfica Terra, 2003.
- BERTUCCI, Ademar de Andrade. **A construção do sujeito no contexto dos excluídos: o caso dos Projetos Alternativos Comunitários - PACs da Cáritas Brasileira**. Dissertação de mestrado em política social. Brasília, UnB, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.
- CNE/ CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo**. Resolução CNE/ CEB Nº 1, de 3 de Abril de 2002.
- CNE/ CEB. **Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)**. Parecer nº 1 em 1º de Fev. de 2003.
- CNE/ CEB. **Diretrizes Complementares para o atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução CNE/ CEB Nº 2. Brasília-DF, de 28 de Abril de 2008.
- CRUZ, Antônio C. Martins da. **O mar e a terra da economia solidária**. XXIX Encontro nacional da ANPEC. 2001.
- CRUZ, Antônio C. Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do mercosul**. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em economia da Unicamp. Campinas – SP, 2006.

CRUZ, Antônio; GUERRA, Janaína da Silva. Educação popular e economia solidária nas incubadoras universitárias de cooperativas populares: práticas dialógicas mediadas pelo trabalho. In: HERBERT, Sérgio et al. **Participação e práticas educativas - a construção coletiva do conhecimento**. São Leopoldo: Oikós, 2009. p. 90-105.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Grupo de Trabalho de Economia Solidária do FMS. Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora. In: **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

LEÃO, A.C. **A sociedade rural**: seus problemas e sua educação. Rio de Janeiro: A Noite, 1939.

LECHAT, Noëlle. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**, Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

LEITE, Kelen Christina. **Economia de comunhão**: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado. São Paulo: Annablume, 2007.

MAFRA, Jason Ferreira. Tema Geral: Educação: o sonho possível. Paulo Freire e o futuro da humanidade. **FÓRUM PAULO FREIRE - III Encontro Internacional**. Los Angeles, 19 a 21 de setembro de 2002.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política**. 26ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008..

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, 2004.

MELO NETO, José Francisco de (2006). Educação popular em economia solidária. Comunicação à **XIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação**: ANPED. Disponível em <[www.anped.org.br/reunioes](http://www.anped.org.br/reunioes)> Acesso em 20/09/2013.

NOVAES, Henrique T.; SARDÁ, Maurício. **Para onde vão as empresas recuperadas?** Campinas: UNICAMP, 2008. Disponível em: <

[http://sep.org.br/artigo/1567\\_083ada4acff9ff0305d87fc8d2fb9ef0.pdf](http://sep.org.br/artigo/1567_083ada4acff9ff0305d87fc8d2fb9ef0.pdf) > Acessado em: 20 out. 2009.

PARANÁ, Governo do Estado. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. Curitiba, 2006.

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Fundamentos sócios filosóficos da educação**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

RATTNER, Henrique. Economia Solidária – por quê? In: **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

REINTJES, Carola. **Outra Economia, além do Capital**. In: **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

REINTJES, Carola. **A revolução das segundas-feiras**. In: **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

SINGER, Paul Israel. “Economia Solidária como ato pedagógico”. In.: KRUPPA. S. M. P (org.) **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP/MEC, 2005.

SINGER, Paul. “**É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?**” Brasília: Ministério do trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Economia Solidária, Texto para Discussão: maio de 2004.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul Israel. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Sousa Santos, Boaventura de (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

## APENDICÉS

# ESTADO DA PARAÍBA ESCOLA ESTADUAL BENTO TENÓRIO

Professor entrevistado: \_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO TENDO COMO TEMÁTICA EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. Quais tendências pedagógicas você se baseia para realizar sua prática educativa?


2. Quais práticas educativas realizadas por você estão relacionadas com a realidade local do aluno?


3. A temática Economia Solidária é discutida nas práticas pedagógicas?


4. Como você relaciona os conteúdos dos livros didáticos com a realidade local dos alunos?


5. A escola possui um currículo voltado para a Educação do Campo?


## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) \_\_\_\_\_, cujo objetivo é \_\_\_\_\_.

Sua participação envolve uma entrevista e será voluntária. Se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es).

Atenciosamente

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(a) estudante  
Matrícula:

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(a) professor(a) supervisor(a)/orientador(a)

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Local e data